



**MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**  
– CÂMARA MUNICIPAL –

# **CADERNO DE ENCARGOS**

## **AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADOR-SALVADOR PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DE MONCHIQUE**

### **Ajuste Direto**

Ao abrigo da alínea d), do n.º 1 do artigo 20.º do CCP



# **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

– CÂMARA MUNICIPAL –

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **ÍNDICE**

#### **PARTE I**

1. DISPOSIÇÕES GERAIS
2. FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO DE BENS
3. RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS A REPRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO
4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
5. DEVER DE SIGILO
6. PREÇO CONTRATUAL
7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
8. PENALIDADES CONTRATUAIS
9. FORÇA MAIOR
10. RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE
11. RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR
12. FORO COMPETENTE
13. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES
14. CONTAGEM DE PRAZOS
15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

#### **PARTE II**

1. QUANTIDADES E DESIGNAÇÃO DO MATERIAL A FORNECER



# **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

## **– CÂMARA MUNICIPAL –**

### **PARTE I**

#### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **1.1. OBJETO**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas que têm por objeto principal a aquisição da prestação de serviços de nadador-salvador para as Piscinas Municipais de Monchique.

##### **1.2. CONTRATO**

- 1.1. O contrato é composto por todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, nomeadamente, o presente Caderno de Encargos os esclarecimentos e retificações relativos ao mesmo; a proposta do adjudicatário e os esclarecimentos à proposta adjudicada;
- 1.2. O contrato a celebrar integra o Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro na atual redação (Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”) e a demais legislação aplicável;
- 1.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 1.2.1, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 1.4. O contrato será reduzido a escrito em conformidade com o artigo 94º do CCP.

##### **1.3. PRAZO**

O fornecedor obriga-se a prestar o fornecimento do serviço, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, durante o período de três meses e meio, entre o dia 3 de junho e 14 de setembro, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **2. FORMA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO DE BENS**

- 2.1. No final da execução do contrato, deve o fornecedor entregar todos os objetos do âmbito do contrato;
- 2.2. É obrigação do adjudicatário prestar todos os esclarecimentos que lhes sejam pedidos pelo Município de Monchique.

#### **3. RECEPÇÃO DOS DOCUMENTOS A REPRODUZIR AO ABRIGO DO CONTRATO**

- 3.1. Após a entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Município de Monchique procede à respetiva análise, com vista a verificar os elementos entregues;
- 3.2. Na análise a que se refere o ponto anterior, deve o fornecedor prestar ao Município de Monchique toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

#### **4. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

##### **4.1. Obrigações principais do prestador de serviços/Fornecedor de bens**



## **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

– CÂMARA MUNICIPAL –

4.1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno e Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

1. Obrigação do fornecimento identificado na sua proposta;
2. Obrigação de responder aos esclarecimentos e às listas de erros e omissões que eventualmente sejam apresentadas.

4.1.2. A título acessório, o fornecedor fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **5. DEVER DE SIGILO**

#### **5.1. Objeto do dever de sigilo**

5.1.1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Monchique, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;

5.1.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;

5.1.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **5.2. Prazo do dever de sigilo**

5.2.1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **6. PREÇO CONTRATUAL**

6.1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Monchique deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido; preço esse que não deve ser superior ao Preço Base do presente procedimento, fixado em **€ 7 500.00 (sete mil e quinhentos euros)**.

6.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

### **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



## **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

### **– CÂMARA MUNICIPAL –**

7.1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Monchique, nos termos do art.º 299º do CCP, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem;

7.2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Monchique, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;

## **8. PENALIDADES CONTRATUAIS**

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Monchique pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

1. Pelo incumprimento das obrigações contratuais de cada lote até ao valor de 10% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Câmara Municipal de Monchique pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor de 20 % do preço contratual;
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do 7.1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução;
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Monchique tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento;
5. As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que a Câmara Municipal de Monchique exija uma indemnização pelo dano excedente.

## **9. FORÇA MAIOR**

9.1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

9.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do ponto anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

9.3. Não constituem força maior, designadamente:

1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



## **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

– CÂMARA MUNICIPAL –

3. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  4. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  5. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 9.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicadas à outra parte.
- 9.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **10. RESOLUÇÃO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

- 10.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Monchique pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
1. Pelo atraso na prestação/entrega dos serviços contratados, por período superior ao estipulado anteriormente;
  2. Pela não prestação/entrega dos serviços contratados, mediante declaração escrita do fornecedor de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
- 10.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

### **11. RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR**

- 11.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- 11.2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos do ponto 14;
- 11.3. Nos casos previstos na alínea a) do ponto 13.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal de Monchique, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar;
- 11.4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

### **12. FORO COMPETENTE**



## **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

### **– CÂMARA MUNICIPAL –**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a quaisquer outros.

### **13. COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

13.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato;

13.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **14. CONTAGEM DE PRAZOS**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **15. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa nomeadamente CCP na atual redação.



## **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

– CÂMARA MUNICIPAL –

### **PARTE II**

#### **1. DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A FORNECER**

##### **1. Tipologia de serviço**

1.1. A atividade de nadador-salvador encontra-se regulamentada em lei, designadamente a Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e a Portaria n.º 311/2015 de 28 de setembro, nomeadamente, no que diz respeito aos deveres gerais e especiais do nadador-salvador, nos termos dos artigos 40.º e 41.º da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e dos artigos 27.º e 28.º da Portaria n.º 311/2015, de 28 de Setembro, e é nesses termos que se deve desenvolver;

1.2. Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o nadador-salvador de serviço presta os seus serviços de acordo com o seguinte:

- a. Vigilância permanente, atenta e próxima dos planos de água;
- b. Advertência e auxílio para situações de risco para a saúde, integridade física, própria ou de terceiros, que ocorram nos espaços em que está a exercer a atividade;
- c. Socorro dos banhistas em situações de perigo ou de emergência;
- d. Utilização do uniforme de acordo com os regulamentos do Instituto de Socorros a Náufragos em vigor;
- e. Colaboração nas tarefas de organização e limpeza dos espaços dos planos de água, nomeadamente no manuseamento dos separadores de pista, robôs de aspiração e armação de piscina, quando solicitado;
- f. Colaboração nas tarefas de análises e controlo da água, bem como o seu registo, quando solicitado;
- g. Controlo do número de utilizadores nos planos de água de forma a manter a segurança de todos os utilizadores;
- h. Comunicação imediata por escrito da necessidade de substituição, reparação, reposição ou aquisição de qualquer equipamento obrigatório ou indispensável ao exercício sua atividade;
- i. Os nadadores-salvadores estão expressamente proibidos do uso de telemóvel durante o período de serviço para fins pessoais;
- j. Os nadadores-salvadores usam os equipamentos de vigilância, socorro e salvamento disponibilizados pelo Município de Monchique.

##### **2. Períodos, horários e locais da prestação de serviço**

2.1. Período da prestação de serviço/trabalho: de 3 de junho a 14 de setembro;

2.2. Horário de trabalho: terça a sexta das 10h30 às 19h30 – 8 horas de trabalho com uma hora de almoço | sábado das 9h30 às 19h30 – 10h00 de trabalho;

2.3. Folgas: domingo e segunda. Os dias poderão ser alterados por mútuo acordo.

2.4. O serviço será prestado nas Piscinas Municipais de Monchique.

##### **3. Perfil dos nadadores-salvadores**

Os nadadores-salvadores a afetar à prestação de serviços devem estar devidamente habilitados com o curso de formação adequado e válido ao desempenho da atividade de nadador-salvador





## **MUNICÍPIO DE MONCHIQUE**

– CÂMARA MUNICIPAL –

profissional, nos termos da Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto e a Portaria n.º 311/2015 de 28 de setembro;

#### **4. Substituição e pontualidade dos nadadores-salvadores**

4.1. A entidade contratada fica sempre obrigada a substituir os nadadores-salvadores nos horários e locais acordados, exceto nas situações previstas na Cláusula 9.<sup>a</sup> – Força Maior;

4.2. A entidade contratada assegura a pontualidade dos nadadores-salvadores nos horários e locais acordados, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades contratuais previstas na Cláusula 8.<sup>a</sup>, nomeadamente sempre que impeçam ou comprometam o normal funcionamento do estabelecimento municipal.

#### **5. Responsabilidades do Município de Monchique**

5.1. O Município de Monchique terá a responsabilidade de assegurar as seguintes condições para os nadadores-salvadores:

- a. Mala de Primeiros Socorros e seu conteúdo;
- b. Posto de Piscina Completo;
- c. Alojamento e almoço (em dias de trabalho) para os nadadores-salvadores alocados às piscinas.